

Modelo de defesa de auto de infração da vigilância sanitária no consultório

Estrutura de defesa de auto de infração da vigilância sanitária, com os campos que uma defesa precisa ter e nenhum texto jurídico pronto. O que vem preenchido é o que a lei federal diz existir: o art. 22 da Lei nº 6.437/77 dá quinze dias, contados da notificação, para a defesa ou impugnação, e o art. 13 lista o que o auto precisa conter, e é contra essa lista que a seção do auto foi desenhada. Os fatos, os fundamentos e o pedido são de quem assina, e a folha tem tabela para amarrar cada fundamento ao documento que o sustenta. Regra estadual ou municipal pode ter prazo e rito próprios; o que consta no seu auto é o que vale, e há campo para isso.

Antes de qualquer uso desta estrutura

Este modelo é um ponto de partida, não um documento validado. Ele não foi conferido por advogado, não foi aprovado por conselho profissional e não declara conformidade com norma nenhuma. Antes de qualquer uso, o profissional precisa ler o texto inteiro, adequar à realidade do serviço dele e à norma do conselho da profissão dele, e submeter a versão final a orientação jurídica. Esta página não presta orientação jurídica.

O que esta folha entrega é a estrutura: os campos que uma defesa precisa ter e a amarração de cada fundamento ao documento que o sustenta. O texto jurídico é de quem assina, ou de quem a assessora. Prazo perdido não se recupera com defesa bem escrita, e é por isso que a data-limite tem campo próprio e vem antes de tudo.

Endereçamento e o prazo

O art. 22 da Lei nº 6.437/77 fixa quinze dias, contados da notificação, para a defesa ou impugnação. O art. 21 diz que o pagamento da multa com a redução de vinte por cento, em vinte dias, implica desistência tácita de defesa ou recurso. Estado e município podem ter código sanitário com prazo e rito próprios, e o que consta no auto é o que se confere primeiro.

Órgão e autoridade a quem a defesa é dirigida, como consta no auto

Esfera do órgão

☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal

Número do processo, quando já houver

Data da ciência ou da notificação

Como a notificação se deu

☐ Pessoalmente ☐ Pelo correio
☐ Por edital

Data-limite para esta defesa, conforme o auto e a norma local

O autuado

Nome ou razão social do autuado

CNPJ ou CPF

CNES

Licença sanitária: número e validade

Endereço do estabelecimento autuado

Responsável técnico, com conselho e número

Quem assina esta defesa, e em que qualidade

O auto de infração, como ele consta

O art. 13 da Lei nº 6.437/77 lista o que o auto precisa conter: entre outros itens, a descrição da infração com o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, a penalidade a que o autuado está sujeito com o preceito que a autoriza, a ciência de que responderá em processo, a assinatura e o prazo para recurso. Os campos abaixo copiam essa lista, para que a defesa saiba exatamente contra o que está escrevendo, e para que falte fique visível.

Número do auto de infração

Data da lavratura

Descrição da infração, como consta no auto

--

Dispositivo legal ou regulamentar citado no auto

--

Penalidade a que o auto diz estar sujeito, e o preceito citado

--

Servidor autuante, como identificado no auto

Item da lista do art. 13 que falta no auto, quando faltar

--

Dos fatos

O que aconteceu na inspeção, na ordem, com data e hora

--

Quem estava presente pelo serviço

O que foi apresentado ao autuante na hora

--

O que já foi corrigido desde a inspeção, com a data

--

Dos fundamentos, ponto a ponto

Tabela em branco, uma linha por ponto do auto. A terceira coluna é a que faz a defesa valer: fundamento sem documento é alegação, e o documento que sustenta costuma ser o POP com a data de revisão, o registro de execução, a licença ou o contrato.

Ponto do auto	O que o autuado alega	Documento que sustenta, e o anexo

Do pedido

Pedido principal

☐ Arquivamento do auto ☐ Anulação do auto ☐ Redução ou substituição da penalidade

Pedido subsidiário, quando houver

Prazo pedido para corrigir o que falta, quando couber

O pedido, nas palavras de quem assina

Anexos

Nº	Documento	Data do documento	O que ele prova

Protocolo e assinatura

Data da entrega no órgão

Número do protocolo

Quem recebeu, e onde a cópia protocolada ficou arquivada

Local e data

Assinatura de quem responde pelo autuado

Assinatura do responsável técnico

Sobre este modelo

Este modelo é estrutura, não peça jurídica. Ele não foi conferido por advogado, não declara conformidade com norma nenhuma e não substitui orientação jurídica. O prazo de quinze dias é o da lei federal; estado e município podem ter regra própria, e o que consta no seu auto é o que vale. Esta página não presta orientação jurídica.

Modelo em branco para profissionais de saúde. Não traz conteúdo clínico preenchido, não sugere composição, volume nem via, e não substitui julgamento clínico nem a norma do conselho da sua profissão.